



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Capucho - Bairro CENAF, Lote 7, Variante 2 - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
TOMADA DE PREÇOS 1/2021
PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, dirigida por Comissão Permanente de Licitação, adiante denominada apenas **CPL**, nomeada pela Portaria 715, de 16 de novembro de 2021, e regida pela Lei 8.666/1993, pela [Lei Complementar 123/2006](#), pelo [Decreto 8.538/2015](#), pela Lei 13.709/2018 (LGPD), pela Lei 10.406/2002 (Código Civil), pelo Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), pela [Resolução CNJ 114/2010](#), pela [Resolução TRE-SE 120/2015](#) (Código de Ética do TRE-SE) e pela [Resolução TRE-SE 9/2020](#) (Plano de Obras TRE-SE), bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, em regime de empreitada por preço global.

Esta Tomada de Preços será julgada pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, regida pela Lei 8.666/1993, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União 2021 e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.15WB.1853 / Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, Grupo Natureza de Despesa (GND) – Investimentos.

A sessão pública para recepção dos envelopes pertinentes a esta Tomada de Preços ocorrerá às **9 HORAS (Horário Local) DO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2021**, na sala de licitações, na sede do TRE/SE.

CLÁUSULA PRIMEIRA
OBJETO DA LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 Esta licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução da construção do arquivo central da sede do TRE-SE, em ARACAJU/SE**, conforme as condições e as normas estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO do item**.

1.3 Os serviços serão prestados em **regime de empreitada por preço global**.

CLÁUSULA SEGUNDA

CONDIÇÕES DE CADASTRAMENTO, REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar da Tomada de Preços, o licitante deverá possuir cadastramento regular (sem pendências) no Nível 1 (Credenciamento) do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema SICAF (<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>) implica a responsabilidade legal do licitante e de seu representante legal.

2.1.2 Os licitantes deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor (SICAF) no prazo mínimo de **3 (três) dias úteis** antes da data de realização desta Tomada de Preços.

2.2 A REPRESENTAÇÃO do licitante poderá ser feita através de um dos seguintes documentos:

2.2.1 credencial ou declaração, contendo, obrigatoriamente, o número da respectiva Carteira de Identidade do representante e a autorização para representar o licitante em licitações públicas, sendo permitido o substabelecimento e admitida a substituição do representante a qualquer tempo, sempre por credencial ou declaração com idênticos poderes.

2.2.2. ato constitutivo social e ou documento de eleição do administrador, devidamente registrado(s) na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas, em caso de representação por um de seus diretores.

2.3. O licitante poderá ser representado por até 2 (dois) representantes.

2.4. Em caso de o licitante se fazer representar, o documento de representação poderá ser apresentado no envelope **1 - CREDENCIAL** devidamente fechado, contendo as seguintes inscrições:

TRE/SE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 1/2021

CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ENVELOPE 1 - CREDENCIAL

(identificação individual ou social, endereço e CNPJ do empresário ou sociedade).

2.4.1 Se o portador dos envelopes da licitante não detiver instrumento de representação ou se este não atender ao disposto no item 2.2 ficará impedido de se manifestar sobre quaisquer fatos relacionados com a presente licitação.

2.5 Os empresários ou sociedades com **representantes regularmente cadastrados no SICAF** - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens 2.2.1 ou 2.2.2 desta cláusula, devendo apresentar apenas comprovante de identidade.

2.6 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.7 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra e do fornecimento de bens a eles necessários:

2.7.1 o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

2.7.2 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.7.3 servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (de órgão ou entidade

contratante ou responsável pela licitação).

2.7.4 empresários/empresas cujos Estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto desta Tomada de Preços.

2.7.5 empresários/empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

2.7.6 pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.7.7 empresários/empresas proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

2.8 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item 2.7.2, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

2.9 O disposto nesta cláusula não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

2.10 Considera-se participação indireta, para fins do disposto nesta cláusula, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

2.11 O disposto no item 2.10 aplica-se aos membros da comissão de licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

3.1 A documentação deverá ser apresentada no envelope **2 - HABILITAÇÃO** devidamente fechado, contendo as seguintes inscrições:

TRE/SE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 1/2021

CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ENVELOPE 2 - HABILITAÇÃO

(identificação individual ou social, endereço e CNPJ do empresário ou sociedade)

3.1.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43 da LC 123/2006.

3.1.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a(o) proponente venha a ser declarada vencedora do certame, após a divulgação do resultado do julgamento das propostas, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para

emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 4º, § 2º, inciso II, Decreto 8.538/2015).

3.1.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item **3.1.1.1** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

3.2 A proposta deverá ser apresentada no envelope **3 - PROPOSTA** devidamente fechado, contendo as seguintes inscrições:

TRE/SE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 1/2021

CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

ENVELOPE 3 - PROPOSTA INDIVIDUAL

(identificação individual ou social, endereço e CNPJ do empresário ou sociedade)

3.3. A proposta deverá atender rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos, e ser apresentada de forma legível, sem alternativas, emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal.

3.4 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, **convém que o licitante realize visita técnica** à Sede do TRE-SE, mediante agendamento prévio junto à Seção de Engenharia, por meio do telefone (79) 3209-8645 ou do e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.

3.4.1 Para a visita técnica o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua autorização para a realização da vistoria.

3.4.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.4.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada um dos licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, nos termos do item **3.4**, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

3.4.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração do responsável técnico da licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).

3.4.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução da obra, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo o licitante vencedor assumir o ônus dos serviços decorrentes.

CLÁUSULA QUARTA

PRAZOS

4.1 O prazo de validade da Proposta será de **60 (sessenta) dias** contado da sua entrega, considerando-se para este fim a data de recepção dos envelopes estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** contados da data em que receber a convocação, assinar o Contrato e optar pela modalidade de garantia, nos termos do item **13** do **Anexo I** (Projeto Básico).

4.3 O prazo de vigência da presente Contratação é de **240 (duzentos e quarenta) dias**, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

4.3.1 O prazo de execução da contratação a ser firmada com a(o) licitante vencedora/vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é **150 (cento e cinquenta) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei 8.666/93.

4.4 O prazo de garantia da obra, conforme art. 618 do Código Civil, não poderá ser inferior a 5(cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo a ser emitido pela Gestora da Contratação.

CLÁUSULA QUINTA

HABILITAÇÃO - PROCEDIMENTOS E DOCUMENTAÇÃO

5.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes, a CPL verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação (item 2.7.7 deste Instrumento), mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF.

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” do item **5.1** pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

5.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor (SICAF) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua exclusão do certame.

5.2 Para habilitar-se, o licitante deverá apresentar no envelope **2 - HABILITAÇÃO** os seguintes documentos:

5.2.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

5.2.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

5.2.1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.2.1.2.1 Os documentos referidos nos itens **5.2.1.1** e **5.2.1.2** devem contemplar o objeto desta licitação.

5.2.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.2.1.4 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

5.2.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou Sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

5.2.2 Prova de registro do empresário ou sociedade no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

5.2.3 Prova de regularidade para com a Seguridade Social e as Fazendas federal e (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União) e municipal (do domicílio ou Sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei).

5.2.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

5.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT).

5.2.6 Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede do licitante.

5.2.7 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da realização deste certame, para **comprovação de que o índice de Liquidez Corrente ($LC = (AC) / (PC)$), onde: AC = Ativo Circulante, PC = Passivo Circulante, é igual ou superior a 1, bem como comprovação de capital social mínimo no valor de R\$ 42.535,04 (quarenta e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), nos termos do art. 31, §§ 2º e 3º da Lei 8.666/93.**

5.2.7.1 Serão aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

5.2.7.1.1 Sociedades regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em jornal de grande circulação; ou

c) por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5.2.7.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou

b) por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

5.2.7.1.3 Sociedade criada no exercício em curso:

a) fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5.2.7.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, indicando o CRC do profissional conforme disposto na NBCT 2.

5.2.7.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando

encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

5.2.8 O licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, relativamente aos serviços de fundações/estrutura, cobertura e pavimentação/revestimento.

5.2.8.1 Considera-se como pertinente e compatível a execução de obra com todas as características e quantidades estabelecidas no quadro abaixo, admitindo-se a soma de atestados:

Características	Quantidades
Fundações/estrutura - concreto armado / simples - laje pré-moldada	10,00 m ³ 100,00 m ²
Cobertura - estrutura metálica ou de madeira - telha cerâmica, de alumínio ou fibrocimento	90,00 m ² 90,00 m ²
Pavimentação/revestimento - cerâmica / piso de alta resistência	90,00 m ²

5.2.8.2 A comprovação de aptidão referida no item 5.2.8 será feita mediante a **apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome de profissional de nível superior (responsável técnico)** reconhecido pelos mencionados Conselhos ou por certidões de acervo técnico - CAT(´S), igualmente emitida(s) pelos Conselhos, **devendo constar, em quaisquer dos documentos, no mínimo, as características e a área dos serviços realizados.**

5.2.8.2.1 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecido pelo Conselho Profissional, detentor dos atestados de capacidade técnica, conforme mencionado no item **5.2.8.2**, deve-se apresentar, alternativamente:

5.2.8.2.1.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante;

5.2.8.2.1.2 Contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;

5.2.8.2.1.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste o profissional como responsável técnico.

5.2.8.2.1.4 Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

5.2.8.3 Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o item 5.2.8 desta cláusula deverão participar da obra objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE-SE.

5.2.8.4 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do Contratante e da Contratada, características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se houver) e assinatura do responsável por sua emissão.

5.2.9 Declaração firmada pelo representante legal da licitante de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, no sentido de que não viola a proibição do artigo 7º, XXXIII, da CF/1988, ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, conforme modelo do Anexo IX.

5.2.10 Comprovação de visita técnica, nos termos do art. 30, III da Lei 8.666/93 e item 3.4 deste Edital ou declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução e entrega da obra, nos termos do item 3.4.4 deste Edital.

5.3 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) **válidos** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) podem ser dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **5.2.1 a 5.2.8, desde que os dados registrados/disponibilizados no Sistema permitam a comprovação do atendimento a cada um dos requisitos**, devendo cumprir as demais exigências.

5.3.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da habilitação, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2 A regularidade do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

5.4 A comprovação de regularidade do licitante por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões supre eventual data de validade vencida na documentação apresentada.

5.5 Os documentos referidos nesta cláusula poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da CPL a ser indicado pelo seu presidente na sessão de abertura dos envelopes habilitação, ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, quando for o caso.

CLÁUSULA SEXTA

PROPOSTA - DOCUMENTAÇÃO

6.1 No envelope PROPOSTA deverá:

6.1.1 Constar identificação (individual ou social), endereço, e-mail e CNPJ/MF.

6.1.1.1 É facultado aos licitantes informarem, na proposta, para efeito de pagamento, o número do banco, da agência e da conta corrente e, para efeito de contato, o número do telefone e endereço eletrônico.

6.1.2 Consignar o valor total da proposta em Reais e os seguintes documentos de orçamentação:

6.1.2.1 Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **150 (cento e cinquenta) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução da obra e serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução da obra, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do **Anexo VII**.

6.1.2.2 Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do **Anexo V - Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários**, sendo vedada a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários dos serviços, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

6.1.2.2.1 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários deverá ser

apresentada também em arquivo eletrônico (CD-ROM, pendrive, outros), na forma de planilha eletrônica.

6.1.2.2.2 Os quantitativos do orçamento constantes do **Anexo V - Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários** são referenciais. O preço global apresentado deverá incluir a completa execução da obra, em conformidade com os anexos deste Edital, quaisquer diferenças apuradas pelo licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois, ressalvado o disposto no item 10.9 deste Edital, não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

6.1.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes do Anexo VIII.

6.2 As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos para execução da obra. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à CPL, no prazo estabelecido na letra "b" do item 7.1.2 deste Edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

6.3 Todos os documentos constantes da proposta deverão ser assinados por representante legal da licitante.

6.4 O licitante vencedor deverá apresentar até a data de assinatura do contrato planilha de composições de preços unitários dos serviços assinada por profissional técnico competente, nos termos da Lei 5.194/66, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes (inclusive em percentual).

6.5 Nos preços cotados deverão estar incluídos: despesas com material, mão-de-obra, transportes, ferramentas, equipamentos auxiliares, instalação, configuração, impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos e abatimentos eventualmente concedidos.

6.6. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, e entre o valor em algarismos e o expresso por extenso, será levado em conta este último, se houver. A falta do valor por extenso não será motivo para desclassificação da proposta.

6.7. Não será considerada qualquer vantagem não prevista neste Edital, preço ou benefício baseado em oferta das demais licitantes, nem serão considerados pedidos de retificação de preços ou de quantidades.

CLÁUSULA SÉTIMA

PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

7.1 Esclarecimentos e Impugnações ao Edital

7.1.1 O pedido de esclarecimento e/ou a impugnação relativa a este Edital deverá ser endereçado à Seção de Licitações do TRE/SE, e poderá ser encaminhado pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br.

7.1.2 O presente Edital de Tomada de Preços poderá ser impugnado:

- a) Por qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública;
- b) Por licitante, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública;

7.1.3 O TRE-SE, por intermédio da CPL e com auxílio da Seção de Licitações, decidirá e responderá à impugnação e esclarecimento no prazo definido em Lei.

7.1.3.1 As decisões e respostas serão divulgadas no site do TRE-SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes>).

7.1.4 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, a

Administração poderá reavaliar o procedimento de contratação e, se for o caso, designar nova data para a realização do certame.

7.1.5 A impugnação realizada tempestivamente não afetará o recebimento dos envelopes de CREDENCIAL, HABILITAÇÃO e PROPOSTA das empresas, inclusive a da licitante que apresentar a impugnação.

7.2 Instauração da sessão pública e Julgamento da Habilitação

7.2.1 No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital, reunir-se-á a CPL para lavrar as atas de impugnação aos termos do Edital, se houver, e de instauração da sessão pública, com a recepção dos envelopes CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO e PROPOSTA, e dos seus respectivos julgamentos.

7.2.2 Não ocorrendo impugnação aos termos do presente Edital e após os procedimentos descritos na Cláusula Segunda, o Presidente da CPL autorizará a abertura dos envelopes HABILITAÇÃO.

7.2.3 Abertos os envelopes HABILITAÇÃO, todos os documentos neles contidos serão obrigatoriamente assinados ou rubricados pelos representantes dos licitantes presentes e pelos membros da CPL.

7.2.4 Em seguida a CPL analisará os documentos de HABILITAÇÃO exigidos na cláusula quinta, sendo considerado habilitado o licitante, cuja documentação estiver em integral acordo com as exigências daquela cláusula; e habilitado provisoriamente aquele que se enquadre nos itens 7.2.4.1 e 7.2.4.2 desta cláusula.

7.2.4.1 O Presidente da CPL, sem suspender a Sessão, oportunizará ao licitante declarar, sob as penas da lei, que se enquadra no art. 3º, I ou II da Lei Complementar 123, de 14/12/06 (microempresa ou empresa de pequeno porte) fazendo constar em ata, após o que, decairá o licitante do direito constante do item 7.2.4.2 (regularização fiscal posterior).

7.2.4.2 Restrição na regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, contados a partir do momento em que a(o) proponente venha a ser declarada vencedora do certame, após a divulgação do resultado do julgamento das propostas.

7.2.4.2.1 A não regularização, no caso do item 7.2.4.2, implicará a penalização prevista no Edital e seus Anexos, podendo a Administração, nesta hipótese, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.2.5 Concluída a fase de julgamento dos documentos da habilitação, o Presidente da CPL perguntará aos representantes dos licitantes se desejam renunciar ao direito de recurso.

7.2.6 Caso os licitantes concordem em renunciar ao direito de recurso, esse fato será declarado expressamente em documento assinado pelos respectivos representantes dos empresários ou sociedades e lavrado em ata.

7.2.7 Na hipótese de que não venha a ocorrer a renúncia expressa ao direito de recurso, o Presidente da CPL convocará os membros e os representantes dos licitantes presentes a assinarem o fecho dos envelopes PROPOSTA, para efeito de garantia e sigilo, e suspenderá os trabalhos convocando a reunião para recepção dos eventuais recursos, nas condições, prazos e termos da cláusula nona.

7.2.8 A CPL somente procederá à abertura dos envelopes PROPOSTA dos licitantes confirmados habilitados após o transcurso do prazo de recurso, o julgamento dos eventualmente interpostos ou na hipótese de ocorrer a renúncia expressa de todos os licitantes ao direito de recurso.

7.2.9 O envelope PROPOSTA do licitante confirmado inabilitado será devolvido devidamente fechado.

7.2.10 É vedado, sob qualquer aspecto, a abertura do envelope PROPOSTA de licitante confirmado inabilitado, no recinto onde se realiza a sessão de julgamento desta Tomada de Preços.

7.2.11 Serão inabilitados os licitantes, cuja documentação não atenda às exigências desta Tomada de Preços.

7.2.12 Da reunião de recepção dos envelopes contendo a CREDENCIAL, os documentos da HABILITAÇÃO e a PROPOSTA; do credenciamento; das

impugnações, se houver; do julgamento da habilitação, de seus recursos ou da renúncia expressa e da confirmação da habilitação ou inabilitação dos licitantes lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo a convocação para a reunião de abertura dos envelopes PROPOSTA e o encerramento desta fase da presente Tomada de Preços.

7.3 Julgamento da Proposta

7.3.1 Após o julgamento definitivo da HABILITAÇÃO, a CPL comunicará aos licitantes habilitados a data da sessão de julgamento das PROPOSTAS, lavrando-se ata desta fase da presente Tomada de Preços.

7.3.1.1 As datas agendadas para as sessões públicas serão divulgadas por emails e através de avisos, no site deste Tribunal, cabendo aos licitantes o acompanhamento das informações publicadas.

7.3.2 Abertos os envelopes PROPOSTA, todos os documentos neles contidos serão obrigatoriamente assinados ou rubricados pelos representantes dos licitantes presentes e pelos membros da CPL.

7.3.3 Em seguida, a CPL analisará os documentos contidos no envelope PROPOSTA conforme as exigências da cláusula sexta e o disposto no item 7.3.12, considerando-se classificado em primeiro lugar o licitante cuja documentação estiver de acordo com o exigido naquela cláusula e que apresente o **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**.

7.3.4 Os erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorram entre o preço unitário e o total do item, serão corrigidos automaticamente pela Comissão Permanente de Licitação, prevalecendo o preço unitário apresentado.

7.3.5 A proposta classificada em primeiro lugar, será considerada vencedora:

7.3.5.1 inexistindo outras propostas superiores em até 10% (dez por cento); ou

7.3.5.2 quando ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.3.6 Configura empate para os fins deste Edital a oferta de proposta por licitante que não se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte seguida de propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte superiores em até 10% (dez por cento);

7.3.6.1 Configurado o empate ficto (item 7.3.6), a CPL convocará durante a sessão pública a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, a fim de que apresente novo preço, inferior ao da melhor classificada, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, sob pena de preclusão.

7.3.6.1.1 Na hipótese do item 7.3.6.1 o licitante deverá adaptar os documentos de orçamentação ao novo preço, através de reapresentação de planilhas, no prazo estipulado pelo Presidente da CPL.

7.3.6.1.1.1 O licitante deverá reelaborar e apresentar à Administração as planilhas, por meio eletrônico (email ou mídia de armazenamento) e impressas, com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como o detalhamento das Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), dos Encargos Sociais (ES) e do Cronograma físico-financeiro, com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta.

7.3.6.2 Não exercitado, o direito preclui, sendo convocado o classificado seguinte em situação de empate;

7.3.6.3 Não prosperando o procedimento de desempate será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em 1º (primeiro) lugar;

7.3.6.4 O desempate entre licitantes não enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte será solucionado por sorteio;

7.3.7 Para verificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte o Presidente da CPL, sem suspender a Sessão, oferecerá ao licitante classificado em primeiro lugar, enquadrado na situação dos itens 7.3.5.2 ou 7.3.6, oportunidade de declarar, sob as penas da lei, que se enquadra no art. 3º, I ou II da Lei Complementar 123, de 14/12/06, fazendo constar em ata, após o que, decairá o licitante do direito de preferência;

7.3.8 Concluída a fase de julgamento das propostas o Presidente da CPL perguntará aos representantes dos licitantes se desejam renunciar ao direito de

recurso e, em havendo microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora com restrição na regularidade fiscal, nos termos do item 7.2.4.2, aguardar-se-á o prazo de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

7.3.9 Caso os licitantes renunciem ao direito de recurso, esse fato será declarado expressamente em documento assinado pelos respectivos representantes dos empresários ou sociedades e lavrado em ata.

7.3.10 Na hipótese de que não venha a ocorrer a renúncia expressa ao direito de recurso, o Presidente da CPL suspenderá os trabalhos convocando a reunião para recepção dos eventuais recursos, nas condições, prazos e termos da cláusula nona.

7.3.11 A Presidência deste Tribunal somente procederá à homologação da licitação e adjudicação do objeto desta Tomada de Preços após o transcurso do prazo recursal, o julgamento dos eventualmente interpostos ou na hipótese de renúncia expressa de todos os licitantes ao direito de recurso.

7.3.12 Será desclassificada a proposta que:

7.3.12.1 Não atenda às exigências deste Edital;

7.3.12.2 Contenha valor global superior a **R\$ 425.350,47 (quatrocentos e vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos).**

7.3.12.3 Contenha valor de etapa prevista no cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante superior ao valor estabelecido pelo Tribunal para cada etapa, respectivamente, conforme Anexo VII.

7.3.12.4 Com valores unitários superiores aos preços unitários constantes do Anexo V deste Edital - Planilhas Estimativas de Quantitativos e Preços Unitários.

7.3.12.4.1 **Caso o licitante classificada em primeiro lugar apresente preços unitários superiores aos preços unitários constantes do Anexo V deste Edital - Planilhas Estimativas de Quantitativos e Preços Unitários, será convocado a ajustá-los até este limite, no prazo estipulado pelo presidente da CPL, de modo que seja mantido ou reduzido o preço global. Se o licitante não ajustar os preços, sua proposta será desclassificada.**

7.3.12.4.2 **Na hipótese do ajuste referido no item 7.3.12.4.1, o licitante deverá apresentar os documentos de orçamentação indicados no item 6.1.2 deste Instrumento compatíveis com as alterações realizadas.**

7.3.12.5 Seja desconforme ou incompatível com os preços correntes no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

7.3.13 O valor total da proposta será ajustado pela CPL em conformidade aos procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o valor contratual. Se a licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada, o que equivalerá à desistência do certame.

7.3.14 Para os efeitos do disposto no item 7.3.12.5, consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

7.3.14.1 média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE, ou

7.3.14.2 valor orçado pelo TRE/SE.

7.3.15 Dos licitantes classificados na forma do item 7.3.13, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os itens 7.3.14.1 e 7.3.14.2, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no item 13.1 do Anexo I do Edital (Projeto Básico), igual a diferença entre o valor resultante do item 7.3.14 e o valor da correspondente proposta.

7.3.16 Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas da inabilitação ou da desclassificação, permitida a ampla reformulação, inclusive quanto ao preço.

CLÁUSULA OITAVA

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

8.1 Após o julgamento de todas as fases desta Tomada de Preços pela Comissão, os autos do processo de licitação serão remetidos à Presidência deste TRE/SE para a decisão final de homologação e adjudicação revogação ou nulidade.

8.2 Homologada esta Tomada de Preços, o seu objeto poderá ser contratado com o adjudicatário, assim considerado o licitante classificado em primeiro lugar cuja proposta tenha atendido a todos os requisitos deste instrumento.

8.3 Regularmente convocado para assinar o contrato, cabe ao adjudicatário fazê-lo no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a contar da data em que receber a comunicação.

8.4 Na hipótese em que o adjudicatário venha a decair do direito à contratação do objeto desta Tomada de Preços, a Presidência deste TRE/SE poderá revogar esta licitação, ou convidar os demais licitantes remanescentes na ordem de classificação, para contratar em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário, inclusive quanto ao preço.

8.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido no item 8.3 desta cláusula, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste instrumento.

8.6 O TRE/SE somente poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

8.7 A anulação do procedimento desta Tomada de Preços por motivo de ilegalidade induzirá a do contrato, não gerando obrigação do TRE/SE em indenizar o contratado, ressalvado o disposto no item 8.9 desta cláusula.

8.8 A declaração de nulidade do contrato originado por esta Tomada de Preços opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.9 A nulidade não exonera o TRE/SE do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.10 No caso de desfazimento do processo licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Dos atos praticados com respeito a esta Tomada de Preços cabem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, Recurso, a contar da publicação do ato no Diário Oficial da União, da lavratura da ata da reunião ou da intimação do ato pela autoridade competente deste Tribunal, nos casos de:

9.1.1 Habilitação ou inhabilitação de licitante, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União, salvo se presentes todos os representantes credenciados dos licitantes, caso em que será comunicado diretamente aos interessados e lançado em ata;

9.1.2 Julgamento das propostas, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União, salvo se presentes todos os representantes credenciados dos licitantes, caso em que será comunicado diretamente aos interessados e lançado em ata;

9.1.3 Anulação ou revogação desta Tomada de Preços, contado da publicação do ato no

Diário Oficial da União;

9.1.4 Rescisão do contrato e ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente deste Tribunal;

9.1.5 Aplicação da pena de suspensão temporária, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

9.2 Da decisão relacionada com o objeto desta licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico, cabe Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato.

9.3 No caso específico da pena de declaração de inidoneidade, que somente poderá ser aplicada pela Presidência do TRE/SE, cabe Pedido de Reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da intimação do ato.

9.4 Os recursos previstos nos itens 9.1.1 e 9.1.2 desta cláusula terão efeito suspensivo.

9.5 A autoridade competente deste Tribunal poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir à irresignação interposta eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens 9.1.3, 9.1.4, 9.1.5, 9.2 e 9.3 desta cláusula.

9.6 Interposto o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.7 O recurso ou a impugnação de recurso será interposto pelo licitante que assim o desejar, dirigido à autoridade competente deste Tribunal por intermédio da CPL, que emitirá seu relatório, podendo seus membros emitirem voto em separado, considerando-se para a decisão da CPL o voto da maioria.

9.8 Poderá, ainda, a CPL, por maioria de votos, reconsiderar a sua decisão inicial no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, submeter sua decisão à autoridade competente deste Tribunal, com a remessa dos autos devidamente informados, devendo esta autoridade proferir sua decisão dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de remessa dos autos pela CPL.

CLÁUSULA DÉCIMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 São parte integrante deste edital:

10.1.1 Anexo I – Projeto Básico;

10.1.2 Anexo II – Projeto Arquitetônico;

10.1.3 Anexo III – Projetos Complementares:

10.1.3.1 Projeto Estrutural

10.1.3.2 Projeto Elétrico

10.1.3.3 Projeto Cabeamento Estruturado

10.1.3.4 Projeto Hidráulico

10.1.3.5 Projeto Alarme

10.1.3.6 Projeto Sanitário

10.1.3.7 Projeto SPDA

10.1.3.8 Projeto Climatização

10.1.3.9 Projeto CFTV

10.1.3.10 Projeto Incêndio

10.1.3.11 Projeto Águas Pluviais

10.1.4 Anexo IV – Memoriais Descritivos e Especificações:

10.1.4.1 Memorial Descritivo - Projeto Arquitetônico

10.1.4.2 Memorial Descritivo - Projeto Estrutural

10.1.4.3 Memorial Descritivo - Projeto Elétrico

10.1.4.4 Memorial Descritivo - Projeto Cabeamento Estruturado

10.1.4.5 Memorial Descritivo - Projeto Hidráulico

10.1.4.6 Memorial Descritivo - Projeto Alarme

10.1.4.7 Memorial Descritivo - Projeto Sanitário

10.1.4.8 Memorial Descritivo - Projeto SPDA

10.1.4.9 Memorial Descritivo - Projeto Climatização

10.1.4.10 Memorial Descritivo - Projeto CFTV

10.1.4.11 Memorial Descritivo - Projeto Incêndio

10.1.4.12 Memorial Descritivo - Projeto Águas Pluviais

10.1.5 Anexo V – Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários;

10.1.6 Anexo VI – Cronograma de Desembolso Máximo;

10.1.7 Anexo VII – Cronograma Físico-financeiro;

10.1.8 Anexo VIII – Detalhamento dos Encargos Sociais e BDI;

10.1.9 Anexo IX – Declaração.

10.1.10 Anexo X – Minuta de Contrato;

10.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da contratação, forma de pagamento, alteração de preços, sanções e garantia contratual integram os Anexos I (Projeto Básico) e X (Minuta de Contrato).

10.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.**

10.4 A CPL poderá em qualquer fase desta licitação suspender os seus trabalhos, devendo promover o registro dessa suspensão e a convocação da reunião para continuidade dos trabalhos.

10.5 É facultada à CPL ou à autoridade competente deste Tribunal, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta e da habilitação.

10.6 As decisões da CPL serão sempre tomadas por maioria de votos de seus membros.

10.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

10.8 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no site do TRE-SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/licitacoes>) e também poderão ser obtidos pelos interessados no endereço constante do seu preâmbulo, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 8 às 13 horas, até o terceiro dia anterior à data fixada para o recebimento dos envelopes 1 - CREDENCIAL, 2 - HABILITAÇÃO e 3 - PROPOSTA.

10.8.1 Informações sobre a presente Tomada de Preços poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694, de segunda a sexta-feira, das 8 às 13 horas, ou através do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br, caso em que a informação será fornecida no prazo definido em lei.

10.9 Em atenção ao art. 13, II, do Decreto 7.983/2013, a Contratada obriga-se a aceitar eventual adequação do projeto, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, **10% (dez por cento)** do valor total do contratação, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993.

10.10 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.11 Aplica-se aos termos deste Edital e aos casos omissos a Lei 8.666/1993, a [Lei](#)

[Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), a Lei 13.709/2018 (LGPD), a Lei 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), a [Resolução CNJ 114/2010](#), a [Resolução TRE-SE 120/2015](#) (Código de Ética do TRE-SE) e a [Resolução TRE-SE 9/2020](#) (Plano de Obras TRE-SE).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

TOMADA DE PREÇOS 1/2021
PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

ANEXO I - PROJETO BÁSICO

Protocolo (sei):1108835

1 DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução da construção do Arquivo Central da Sede do TRE, em Aracaju/SE, em regime de empreitada por preço global.

1.2 DAS JUSTIFICATIVAS

1.2.1 Justificativa para Contratação do Objeto:

1.2.1.1 A construção do Arquivo Central atende à Resolução TSE 23.379/2012, que trata do desenvolvimento de infra-estrutura para as áreas de gestão documental, da promoção do desenvolvimento e do uso de técnicas de gestão da informação e de pesquisa na área arquivística no âmbito da Justiça Eleitoral, bem como às Resoluções TRE-SE 143/2017 e 25/2019, que dispõem sobre a gestão documental e a política de manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

1.2.1.2 A obra de construção do Arquivo Central, objeto desta Contratação, integra a relação do Plano de Obras deste Regional, disciplinado na Resolução TRE-SE 9/2020.

1.2.2 Justificativa para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

1.2.2.1 Dispõe o art. 225, *caput*, da Constituição Federal: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Nesse diapasão, o TRE-SE insere em seus procedimentos rotineiros práticas mais sustentáveis de consumo. Ao optar pela busca da sustentabilidade, o TRE se adequa à sua missão constitucional e se habilita a divulgar, promover e até mesmo cobrar da sociedade ações semelhantes.

1.2.2.2 A promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (artigo 3º da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 12.349/2010).

1.2.2.3 A adoção de práticas de sustentabilidade ambiental atende à Recomendação nº 11, de 22.5.2007, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que visa à correta preservação e recuperação do meio ambiente, a exemplo da "utilização de edifícios com observância da proteção ao meio ambiente, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental levando em consideração o tripé básico da sustentabilidade: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável - *segurança para o usuário e instalações*", buscando a adoção de práticas de responsabilidade socioambiental.

1.2.2.4 Todos os critérios ambientais inseridos no presente Instrumento respeitam os princípios da legalidade e da isonomia entre a(o)s licitantes e não restringem a competição, uma vez que decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

1.2.2.5 As soluções de sustentabilidade fizeram parte dos projetos, desde sua concepção, buscando alcançar sua efetividade máxima e custo mínimo. Permitem a compra de materiais com minimização de impactos, a previsão de mecanismos de redução na formação de resíduos na fase construtiva e de sua reutilização, uso ou disposição adequados.

1.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.3.1 A(o) licitante, para habilitar-se, deverá atender às seguintes exigências:

1.3.1.1 Comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, relativamente aos serviços de fundações/estrutura, cobertura e pavimentação/revestimento.

1.3.1.1.1 Considera-se como pertinente e compatível a execução de obra com todas as características e quantidades estabelecidas no quadro abaixo, admitindo-se a soma de atestados:

Características	Quantidades
Fundações/estrutura - concreto armado / simples - laje pré-moldada	10,00 m ³ 100,00 m ²
Cobertura - estrutura metálica ou de madeira - telha cerâmica, de alumínio ou fibrocimento	90,00 m ² 90,00 m ²
Pavimentação/revestimento - cerâmica / piso de alta resistência	90,00 m ²

1.3.1.1.2 A comprovação de aptidão referida no item **1.3.1.1** será feita mediante a **apresentação de atestado(s) de capacidade técnica devidamente registrado(s) no CREA ou no CAU, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome de profissional de nível superior (responsável técnico(o))** reconhecida(o) pelos mencionados Conselhos ou por certidões de acervo técnico - CAT(S), igualmente emitida(s) pelos Conselhos, **devendo constar, em quaisquer dos documentos, no mínimo, as características e a área dos serviços realizados.**

1.3.1.1.2.1 Para comprovação do vínculo da empresa com profissional de nível superior devidamente reconhecida(o) pelo Conselho Profissional, detentora/detentor dos atestados de capacidade técnica, conforme mencionado no item **1.3.1.1.1**, deve-se apresentar, alternativamente:

1.3.1.1.2.1.1 Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a(o) licitante como CONTRATANTE.

1.3.1.1.2.1.2 Contrato social da(o) licitante em que conste a(o) profissional como sócia(o).

1.3.1.1.2.1.3 Contrato de prestação de serviço, em que conste a(o) profissional como responsável técnico(o).

1.3.1.1.2.1.4 Declaração de contratação futura da(o) profissional detentora/detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência desta(e).

1.3.1.1.3 A(o)s profissionais indicada(o)s pela(o) licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o item **1.3.1.1** deverão participar da obra objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo TRE-SE.

1.3.1.1.4 O(s) atestado(s) e/ou declaração(ões) devem conter obrigatoriamente: nome (razão social), CNPJ e endereço completo do CONTRATANTE e da CONTRATADA, características dos serviços realizados, data de emissão, nome, cargo, telefone (se

houver) e assinatura da(o) responsável por sua emissão.

1.3.1.2 Apresentar certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da Sede da(o) licitante.

1.3.1.3 Apresentar balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da realização deste certame, para comprovação de que o índice de Liquidez Corrente ($LC = (AC) / (PC)$), em que: $AC =$ Ativo Circulante, $PC =$ Passivo Circulante) é igual ou superior a 1 (um), bem como comprovação de capital social mínimo no valor de R\$ 42.535,04 (quarenta e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais e quatro centavos), nos termos do art. 31, §§ 2º e 3º da Lei 8.666/93.

1.3.1.3.1 Serão aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1.3.1.3.1.1 Sociedades regidas pela Lei 6.404/76 (sociedade anônima):

a) Publicados em Diário Oficial; ou

b) Publicados em jornal de grande circulação; ou

c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da(o) licitante.

1.3.1.3.1.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da Sede ou domicílio da(o) licitante ou em outro órgão equivalente; ou

b) Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da Sede ou domicílio da(o) licitante.

1.3.1.3.1.3 Sociedade criada no exercício em curso:

a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da Sede ou domicílio da(o) licitante.

1.3.1.3.2 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contadora/Contador ou por outra(o) profissional equivalente, devidamente registrada(o) em Conselho Regional de Contabilidade, indicando o CRC da(o) profissional conforme disposto na NBCT 2.

1.3.1.3.3 É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há **mais de 03 (três) meses** da data de apresentação da proposta.

1.4 DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

1.4.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, **convém que à(ao) licitante realizar visita técnica** à Sede do TRE-SE, mediante agendamento prévio junto à **Seção de Obras e Serviços de Engenharia (SEENG)**, por meio do telefone (79) 3209-8645 ou do e-mail seeng@tre-se.jus.br e registro escrito de sua realização, a fim de dirimir dúvidas e obter informações adicionais que entender necessárias à execução do serviço.

1.4.1.1 Para a visita, a(o) licitante, ou a(o) sua(eu) representante legal, deverá estar devidamente identificada(o) e habilitada(o), mediante a apresentação de documento de identidade civil e de documento expedido pela empresa e assinado por sua(eu) responsável.

1.4.1.2 O prazo para visita técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

1.4.1.3 A visita técnica deverá ocorrer individualmente com cada uma/um da(o)s licitantes, em data e horário previamente estabelecidos, nos termos do item **1.4.1**, inviabilizando conhecimento prévio acerca do universo de concorrentes.

1.4.1.4 Na hipótese de não realização de visita técnica deverá ser apresentada declaração da(o) responsável técnica(o) da(o) licitante de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos (Acórdão TCU 15719/2018-Primeira Câmara).

1.4.1.4.1 A não realização da visita técnica não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento acerca das especificidades e condições locais para a execução da obra, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes dos objetos de prestação do serviço, devendo a(o) licitante vencedora/vencedor assumir o ônus daí decorrentes.

2 DO ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES

2.1 A construção do Arquivo Central na Sede do TRE-SE, em Aracaju, deve atender as especificações constantes do Edital de Procedimento Licitatório (**Tomada de Preços nº 1/2021**) e de seus anexos.

2.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da(o) Gestora/Gestor da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

2.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

2.4 A utilização de materiais e/ou serviços não previstos nesta especificação constitui casos especiais, devendo ser apreciada pela(o) Gestora/Gestor da Contratação.

2.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da(o) Gestora/Gestor da Contratação e autorizado por escrito.

2.6 Critérios a serem obedecidos:

2.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as cotas apresentadas, prevalecerão estas últimas.

2.6.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

2.6.3 Nas divergências entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.

2.6.4 Nas divergências entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.

2.6.5 Nas divergências entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes.

2.6.6 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

3 DOS PRAZOS

3.1 O prazo de execução da contratação a ser firmada com a(o) licitante vencedora/vencedor para a prestação dos serviços objeto deste Instrumento é **150 (cento e cinquenta) dias**, contando-se da data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O prazo de vigência da contratação será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da assinatura do contrato.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

4 DA EXECUÇÃO DA OBRA

4.1 A obra será executada seguindo os projetos e Memoriais Descritivos fornecidos.

4.2 Em função das restrições orçamentárias, apesar de constarem dos projetos, não serão executados os serviços a seguir relacionados:

4.2.1 Corrimãos.

4.2.2 Grades de ferro das janelas.

4.2.3 Duas coberturas externas sobre as portas de acesso ao Arquivo.

4.3 Cabe ainda esclarecer que serão fornecidos e instalados pelo TRE:

4.3.1 Os sensores de presença e a central de alarme indicadas no projeto de alarme.

4.3.2 O rack e seus componentes internos, relativos ao sistema de cabeamento estruturado.

4.3.3 As câmeras, rack e componentes do sistema de CFTV.

4.3.4 As máquinas de ar condicionado e desumidificadores.

4.3.5 Os sistemas de proteção contra incêndio e o SPDA.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DE SUAS VEDAÇÕES

5.1 É dever da CONTRATADA:

5.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

5.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

5.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

5.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

5.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnico, o local onde será executada a construção, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

5.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes da obra.

5.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, salientando-se que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

5.1.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

5.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

5.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

5.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **5.1.9** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

5.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

5.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de circulação e uso pela(o)s servidora(e)s durante o horário de expediente.

5.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) encarregada(o) geral responsável pela equipe de operária(o)s.

5.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará a obra contratada esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

5.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução da obra, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

5.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal esteja protegido e que seja garantida a normalidade do

funcionamento, uma vez que todo o complexo do TRE-SE deve estar apto ao exercício habitual das atividades laborais durante o período de execução dos trabalhos contratados.

5.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação, os horários de atuação da CONTRATADA, que, inicialmente, será realizada de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07:00 às 17:00 horas), podendo, se necessário, verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificados.

5.1.17 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

5.1.17.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do início da execução contratual.

5.1.18 Cuidar para que o engenheiro ou arquiteto indicado para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

5.1.19 Indicar, no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, Preposta(o) para representá-la na execução do seu objeto, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante.

5.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

5.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

5.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

5.1.24 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

5.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

5.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

5.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

5.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos trabalhos e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

5.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

5.1.30 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

5.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à execução da obra contratada, inclusive por serviços eventualmente mal executados.

5.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

5.1.33 Garantir a obra executada, em sua integralidade, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

5.1.35 Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

5.1.36 Entregar ao TRE-SE, no máximo até o recebimento definitivo do objeto da contratação, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação, os desenhos "**as built**" de todos os projetos executados, sem prejuízo da responsabilidade civil da CONTRATADA em relação à obra e aos serviços por ela realizados.

5.1.37 Efetuar o registro da obra no INSS em tempo hábil, apresentando comprovação dessa providência à Gestão/Fiscalização da Contratação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de início do prazo contratual, estabelecida na Ordem de Serviço.

5.1.38 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

5.1.38.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Lei nº 4452/2013 - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

5.1.38.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 - CONAMA.

5.1.39 Apresentar, até a data de assinatura do Contrato, **planilha de composição de preços unitários dos serviços** assinada por profissional técnico competente, nos termos da Lei 5.194/66, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, indicando, separadamente, os valores de materiais, mão de obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos, não sendo permitida a indicação apenas de percentuais para material e mão de obra, devendo também indicar o percentual do BDI, com detalhamento de todos os seus componentes (inclusive em percentual).

5.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

5.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

5.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

5.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

5.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

5.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DE SUAS VEDAÇÕES

6.1 É dever do CONTRATANTE

6.1.1 Emitir Nota de Empenho.

6.1.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da CONTRATADA ou por quem a represente.

6.1.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

6.1.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

6.1.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

6.1.6 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

6.2 É expressamente vedado ao CONTRATANTE praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

6.2.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s empregada(o)s da CONTRATADA, devendo reportar-se somente à(s)/ao(s) Preposta(o)s ou responsáveis por ela(e) indicadas(os).

6.2.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

7 DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, DO GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1 A Gestão da Contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e no Contrato e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

7.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

7.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

7.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir e reformar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela CONTRATADA.

7.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

7.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo da obra contratada não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

7.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e no Contrato.

7.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

7.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

7.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

7.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

7.7.3 Neste livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da resolução 1.024 do CONFEA, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços, pela(o)s autora(e)s dos projetos e pelo CONTRATANTE dos serviços.

7.8 A Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelos seus membros e pela CONTRATADA, no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela CONTRATADA.

7.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

7.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Projeto Básico, especificações técnicas e demais anexos do Edital da **Tomada de Preços nº 1/2021**, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a CONTRATADA deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

7.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, **a COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela CONTRATADA.

7.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à CONTRATADA, que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, interrompendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **7.9**.

7.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a CONTRATADA faça jus.

7.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

7.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.12 A CONTRATADA fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiras pessoas.

7.14 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, Projeto Básico ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.14.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela CONTRATADA e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.15 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela CONTRATADA, e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.16 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela CONTRATADA todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a CONTRATADA será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.16.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.16.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.16.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.17 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.16.1** e **7.16.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.18 Quando as situações previstas nos itens 7.16.1 e 7.16.2 ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.19 À CONTRATADA caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.16**.

7.20 Atendidas as exigências do item **7.19**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da CONTRATADA, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.20.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993, o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.20.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.20.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da CONTRATADA, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.21 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.21.1 A CONTRATADA deverá previamente à emissão da nota fiscal efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.21.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.22 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os

itens **7.20** ou **7.20.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.22.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.22**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.23 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da CONTRATADA relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.23.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.23.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.23.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.23.4 Eventual mudança do CNPJ da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.24 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.25 Não haverá reajuste, uma vez que o prazo de execução da obra, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

7.25.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

7.25.1.1 Não se aplica o disposto no item 7.25.1 na hipótese de o atraso na execução da obra e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à CONTRATADA.

7.26 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à CONTRATADA suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.27 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

8.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei 8.666/1993, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações

pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

8.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

8.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

8.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

8.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

8.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

8.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a CONTRATADA não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

8.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência**.

8.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência**.

8.1.4 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, sancionamento a ser aplicado pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

8.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

8.1.4.2 Por até 2 (dois) anos:

8.1.4.2.1 Na hipótese de, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato e, no caso de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação, resultar prejuízo ao CONTRATANTE.

8.1.4.2.2 Quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

8.1.4.2.2.1 Para os fins do item **8.1.4.2.2**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

8.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o TRE-SE, que a concederá mediante ressarcimento pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item **8.1.4**.

8.1.5.1 A sanção prevista no item **8.1.5** é de competência exclusiva da Presidência do TRE-SE, facultada a defesa da parte interessada no prazo de **10 (dias) dias** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8.1.5.2 Da decisão, cabe pedido de reconsideração no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da respectiva notificação.

8.2 O valor das multas previstas nos itens **8.1.2** e **8.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

8.2.1 Se o valor da garantia ou da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

8.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

8.3 À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

8.3.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

8.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

8.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

8.3.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

8.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **8.3.1** e **8.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

8.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

9 DAS RETENÇÕES NA FONTE

9.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

9.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

9.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

9.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

10 DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

10.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

10.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-á as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

11 DA RESCISÃO

11.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

11.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.3 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **8.4**.

12 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

13 DA GARANTIA

13.1 A(o) adjudicatária(o) prestará garantia de execução do objeto deste Instrumento, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da assinatura do Contrato, dentre as modalidades a seguir:

13.1.1 Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

13.1.2 Seguro-garantia.

13.1.3 Fiança bancária.

13.2 Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em conta garantia da Caixa Econômica Federal, em favor do TRE-SE, a fim de manter sua atualização financeira.

13.3 Recaindo a opção em **títulos da dívida pública**, os títulos deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

13.4 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

13.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

13.4.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

13.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

13.5 A garantia de execução do objeto desta contratação corresponderá a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que lhe será liberado em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram descontadas eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo da obra.

13.6 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

13.6.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

13.7 O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **8.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

13.7.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

13.7.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.8 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

13.9 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de

apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

13.10 A garantia terá validade de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da data de assinatura do contrato.

13.10.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a contratada se obriga a estender a garantia em igual período.

13.11 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo da vigência contratual.

13.12 Será considerada extinta a garantia:

13.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

13.12.2 Com o recebimento definitivo da obra e o término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

14 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 A proposta de preços deverá ser apresentada por intermédio de planilhas elaboradas **a partir de sistema de orçamentação ou editor de planilha eletrônicos**, fazendo **consignar o seu valor total em Reais e contemplar os seguintes documentos de orçamentação**:

14.1.1 Cronograma físico-financeiro, em etapas mensais, compatíveis com o prazo de **150 (cento e cinquenta) dias** fixado para execução dos serviços, detalhado com prazos de início e término de cada uma das atividades necessárias à execução da obra e serviços correspondentes a cada etapa, os percentuais previstos acumulados, os custos totais previstos de cada etapa e acumulados e o custo total geral, compreendendo todas as despesas com a execução da obra, exclusivamente na expressão monetária vigente no País, em algarismos e/ou por extenso, nos moldes do **Anexo VII** ao Edital.

14.1.2 Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários, detalhada para cada item de serviço contemplado no cronograma físico-financeiro, nos moldes do **Anexo V** ao Edital, sendo vedada a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na composições de preços unitários dos serviços, bem como a indicação de item/serviço como **VERBA**.

14.1.2.1 A Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários deverá ser apresentada também em arquivo eletrônico (CD-ROM, pendrive, outros), na forma de planilha eletrônica.

14.1.2.2 Os quantitativos do orçamento constantes do **Anexo V (Planilha Estimativa de Quantitativos e Preços Unitários)** ao Edital são referenciais. O preço global apresentado deverá incluir a completa execução da obra, em conformidade com os anexos ao Edital e quaisquer diferenças apuradas pela(o) licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois, ressalvado o disposto no item **10.9** do Edital, não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE-SE.

14.1.2.3 Planilha de Detalhamento dos Encargos Sociais e Planilha de Composição dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, nos moldes do **Anexo VIII** ao Edital.

14.2 A(o)s licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos, especificações e planilhas fornecidos para execução dos serviços, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação escrita à CPL para fins de esclarecimento por parte da Comissão, no prazo de até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

14.3 Todos os documentos constantes da proposta deverão ser assinados por representante legal da(o) licitante.

15 DO FORO

15.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas

administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos, a Lei 8.666/1993, a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), a Lei 13.709/2018 (LGPD), a Lei 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), a [Resolução CNJ 114/2010](#) e a [Resolução TRE-SE 120/2015](#).

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

TOMADA DE PREÇOS 1/2021 PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

ANEXO II - PROJETO ARQUITETÔNICO

Protocolos (sei): 1104521

ANEXO III - PROJETOS COMPLEMENTARES

Protocolos (sei): Estrutural (1103850), Elétrico (1104535), Cabeamento Estruturado (1104528), Hidráulico (1104552), Alarme (1103741), Sanitário (1103753), SPDA (1103764), Climatização (1103770), CFTV (1103774), Incêndio (1103778), Águas Pluviais (1104544)

ANEXO IV - MEMORIAIS DESCRITIVOS E ESPECIFICAÇÕES

Protocolo (sei): Projeto Arquitetônico (1104523), Projeto Estrutural (1103852), Projeto Elétrico (1104538), Projeto Cabeamento Estruturado (1104532), Projeto Hidráulico (1104556), Projeto Alarme (1103786), Projeto Sanitário (1103793), Projeto SPDA (1103799), Projeto Climatização (1103802), Projeto CFTV (1103806), Projeto Incêndio (1103809), Projeto Águas Pluviais (1104546)

ANEXO V - PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

Protocolo (sei): formato PDF (1103783), formato EXCEL (1103949) ; formato ORSE (1103956)

ANEXO VII - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Protocolo (sei): 1103800

ANEXO VIII - DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS E BDI

Protocolo (sei): 1103792 e 1103788

OBS: Os Anexos II a V, VII e VIII estão disponibilizados em arquivos no site do TRE-SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/tomada-de-precos/tomada-de-precos-2021>)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

TOMADA DE PREÇOS 1/2021
PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

ANEXO VI - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO

Protocolo (sei): 1103969

ETAPAS DESEMBOLSO DE ATÉ	PERCENTUAL POR ETAPA	VALOR POR ETAPA (R\$)
1º mês	10,26%	43.625,14
2º mês	19,55%	83.157,95
3º mês	20,00%	85.081,57
4º mês	29,18%	124.126,18
5º mês	21,01%	89.359,74

(*) percentual incidente sobre o estimado da contratação, conforme Anexo VII.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

TOMADA DE PREÇOS 1/2021
PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

ANEXO IX - DECLARAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(local e data)

(representante legal)

Observações:

1 - Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

2 - A licitante deve certificar-se de prestar declarações verdadeiras, sob pena de incorrer em falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal.)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

TOMADA DE PREÇOS 1/2021
PROCESSO SEI Nº 0021156-66.2021.6.25.8000

ANEXO X - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº XX/202X QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, E A EMPRESA XXXX, PARA A EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO CENTRAL DA SEDE DO TRE, EM ARACAJU/SE.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, com Sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, Aracaju/SE, CEP 49.081-000, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 06.015.356/0001-85, neste ato representada pelo Exmo. Senhor Presidente, **Des. Roberto Eugênio da Fonseca Porto**.

CONTRATADA: **XXX**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº XXX, estabelecida na (endereço completo, com CEP), representada por sua(eu) (cargo), Senhora/Senhor (**NOME COMPLETO**), portadora/portador da Cédula de identidade nº (informar número e órgão expedidor), CPF (MF) nº (informar número), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social.

Os **CONTRATANTES**, em observância às disposições da Lei nº 8.666/1993, da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Lei 10.406/2002 (Código Civil), do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), dos Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), da [Resolução CNJ 114/2010](#) e da [Resolução TRE-SE 120/2015](#), resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **Tomada de Preços nº 1/2021**, processos SEI 0015439-73.2021.6.25.8000 e 0021156-66.2021.6.25.8000 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada do ramo da construção civil para execução da **construção do Arquivo Central da Sede do TRE-SE**, em Aracaju, compreendendo fornecimento do material.

1.2 A obra será executada no regime de empreitada por preço global.

1.3 Constitui parte integrante deste Instrumento cronograma físico-financeiro, apresentado pela CONTRATADA, contendo a especificação física completa das etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle da obra.

1.3.1 Aplicam-se à contratação, a partir da assinatura deste Instrumento e para efeito de execução, medição, monitoramento, fiscalização e auditoria, os custos unitários da proposta.

1.4 Do atendimento às especificações

1.4.1 A construção do Arquivo Central na Sede do TRE-SE, em Aracaju, devem atender as especificações constantes do Edital de Procedimento Licitatório (**Tomada de Preços nº 1/2021**) e de seus anexos.

1.4.2 Toda e qualquer modificação introduzida nas especificações, inclusive acréscimos, somente serão admitidos com a prévia autorização da(o) Gestora/Gestor da Contratação e será anotada no livro de ordem, assim como todo acompanhamento dos trabalhos no decorrer da contratação.

1.4.3 Será exigido o emprego de materiais e mão de obra de primeira qualidade na execução de todos os serviços especificados.

1.4.4 A utilização de materiais e/ou serviços não previstos nesta especificação constitui casos especiais, devendo ser apreciada pela(o) Gestora/Gestor da Contratação.

1.4.5 Todo material considerado "similar" deverá ser previamente submetido à apreciação da(o) Gestora/Gestor da Contratação e autorizado por escrito.

1.4.6 Critérios a serem obedecidos:

1.4.6.1 Nas divergências entre as medidas verificadas e as cotas apresentadas, prevalecerão estas últimas.

1.4.6.2 Nas divergências entre planilha e especificações, prevalecerão as especificações.

1.4.6.3 Nas divergências entre projetos de escalas diferentes, prevalecerão os de maior escala.

1.4.6.4 Nas divergências entre especificações e projetos, prevalecerão as especificações.

1.4.6.5 Nas divergências entre detalhes e plantas gerais, prevalecerão os detalhes.

1.4.6.6 Nas indicações de marcas considerem-se compreendidas as similares.

1.5 Da execução da obra

1.5.1 A obra será executada seguindo os projetos e Memoriais Descritivos fornecidos, observando-se as ressalvas descritas nos itens **4.2** e **4.3** do Anexo I ao Edital..

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DE SUAS VEDAÇÕES

2.1 É dever da CONTRATADA:

2.1.1 Executar os serviços em conformidade com o disposto neste Instrumento.

2.1.2 Arcar com a responsabilidade civil decorrente de erros do serviço, provenientes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da ação da Fiscalização do Tribunal.

2.1.3 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes no trabalho sofridos por suas(eus) operária(o)s e lhes fornecer todos os equipamentos de segurança, de acordo com as exigências da CLT e do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

2.1.4 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação.

2.1.5 Conhecer, por meio de responsável técnico, o local onde será executada a construção, a fim de tomar as precauções e cuidados necessários no sentido de garantir inteiramente a integridade de todas as instalações, equipamentos, canalizações e redes que possam ser atingidos, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades, e ainda, a segurança da(o)s operária(o)s e transeuntes, durante a execução de todos os serviços previstos, pois qualquer dano ou avaria causados serão de inteira e única responsabilidade da CONTRATADA, correndo por sua conta as despesas efetuadas na reconstituição e indenização de quaisquer serviços ou edificações.

2.1.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e também de todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e de tudo mais que se fizer necessário à conclusão e quitação dos encargos decorrentes da obra.

2.1.7 Apresentar todo e qualquer material a ser utilizado, antes de sua aplicação, para análise e aprovação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, salientando-se que não serão aceitos os serviços executados e materiais que não tenham sido previamente aprovados.

2.1.7.1 Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas à aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) amostra(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

2.1.8 Disponibilizar, no local de execução, responsável geral pela condução dos trabalhos.

2.1.9 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à Gestão/Fiscalização da Contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada, que desaconselhe ou impeça a sua execução.

2.1.9.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no item **2.1.9** transferirá à CONTRATADA todas as responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos.

2.1.10 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da Comissão de Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do CONTRATANTE, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

2.1.11 Efetuar a limpeza diária dos locais e do entorno onde serão executados os serviços, deixando os ambientes em condições normais de circulação e uso pela(o)s servidora(e)s durante o horário de expediente.

2.1.12 Apresentar à Comissão de Fiscalização da Contratação, previamente ao início dos trabalhos, a relação de todo o pessoal que atuará na execução dos serviços, com nomes completos, número do R.G. e função na empresa, além de indicar a(o) encarregada(o) geral responsável pela equipe de operária(o)s.

2.1.13 Cuidar para que o pessoal que executará a obra contratada esteja devidamente fardado e com os EPI's apropriados para os trabalhos a serem realizados.

2.1.14 Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução da obra, estando terminantemente proibido o uso de bens do TRE-SE, mesmo que existam e estejam sem uso no período da execução dos trabalhos, como escadas, baldes, vassouras, panos, etc.

2.1.15 Desempenhar as atividades com esmero e asseio diário, de maneira que todo patrimônio do Tribunal esteja protegido e que seja garantida a normalidade do funcionamento, uma vez que todo o complexo do TRE-SE deve estar apto ao exercício habitual das atividades laborais durante o período de execução dos trabalhos contratados.

2.1.16 Combinar previamente com a Comissão de Fiscalização da Contratação, os horários de atuação da CONTRATADA, que, inicialmente, será realizada de segunda a sexta-feira, em horário comercial (07:00 às 17:00 horas), podendo, se necessário,

verificar-se em dias e horários diversos, desde que devidamente justificados.

2.1.17 Registrar a contratação no CREA-SE ou no CAU-SE, na forma prevista na legislação vigente e fazer a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT** de execução dos serviços no respectivo Conselho.

2.1.17.1 A ART e o RRT devem ter como responsável um engenheiro ou arquiteto, conforme o caso, e devem ser apresentados no prazo máximo de **30 (trinta) dias** contados do início da execução contratual.

2.1.18 Cuidar para que o engenheiro ou arquiteto indicado para assumir a responsabilidade técnica pela condução e execução até o recebimento definitivo tenha poderes e autonomia para deliberar sobre qualquer determinação urgente que se faça necessária.

2.1.19 Indicar, no prazo de **2 (dois) dias úteis** contados da assinatura deste Instrumento, Preposta(o) para representá-la na execução do seu objeto, reservando-se ao TRE-SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, a sua substituição (em igual prazo), caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante.

2.1.20 Retirar, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** após receber a notificação, preferencialmente através do Livro de Ordem, todo material rejeitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.21 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.1.22 Afastar ou substituir por recomendação da Comissão de Fiscalização da Contratação qualquer empregada(o) que comprovadamente causar embaraço à boa execução do serviço, **até 24 (vinte e quatro) horas** após receber a devida notificação.

2.1.23 Executar o serviço no prazo fixado neste Instrumento, empregando materiais e equipamentos de primeira qualidade, executando os acabamentos com esmero, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretivas da Comissão de Fiscalização da Contratação.

2.1.24 Fornecer e manter o Livro de Ordem no local de execução do serviço, com livre acesso da Gestão/Fiscalização da Contratação.

2.1.25 Acatar as diretivas, decisões, observações e sugestões feitas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito, preferencialmente assentes no Livro de Ordem.

2.1.26 Submeter, previamente e por escrito, quando solicitado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, os catálogos industriais, especificações técnicas e amostras dos materiais e equipamentos especificados e dos que se pretendem aplicar como "similar".

2.1.27 Comunicar, previamente e por escrito, à Gestão/Fiscalização da Contratação, qualquer substituição em seu plantel técnico.

2.1.28 Remover, às suas custas, ao fim dos trabalhos e anteriormente ao recebimento provisório, o entulho e restos de materiais utilizados no serviço e porventura ainda existentes no local, somente considerando-se o objeto desta contratação em condições de ser recebido provisoriamente quando completamente limpo e depois de reparados os eventuais defeitos ou vícios construtivos, bem como os estragos feitos a qualquer obra ou bem público, particular ou danos pessoais.

2.1.29 Substituir, reparar ou corrigir, no prazo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Instrumento em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

2.1.30 Atender as normas sobre segurança e saúde no trabalho.

2.1.31 Responsabilizar-se por ensaios, testes ou provas necessários à execução da obra contratada, inclusive por serviços eventualmente mal executados.

2.1.32 Providenciar, às suas expensas, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a Comissão de Fiscalização da Contratação julgar necessário.

2.1.33 Garantir a obra executada, em sua integralidade, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.1.34 Informar endereço eletrônico (e-mail) e telefone para realização de tratativas durante a execução da contratação, como também para o recebimento de eventuais comunicações de atos processuais em sede de processo administrativo sancionatório.

2.1.35 Observar os termos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE-SE, instituído pela Resolução TRE-SE 120/2015, disponível em: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/etica-e-integridade/etica-e-integridade>.

2.1.36 Entregar ao TRE-SE, no máximo até o recebimento definitivo do objeto da contratação, devidamente conferido pela Gestão/Fiscalização Contratação, os desenhos "*as built*" de todos os projetos executados, sem prejuízo da responsabilidade civil da CONTRATADA em relação à obra e aos serviços por ela realizados.

2.1.37 Efetuar o registro da obra no INSS em tempo hábil, apresentando comprovação dessa providência à Gestão/Fiscalização da Contratação no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de início do prazo contratual, estabelecida na Ordem de Serviço.

2.1.38 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e na Instrução Normativa STLI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

2.1.38.1 O gerenciamento de resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e aos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (Lei nº 4452/2013 - Prefeitura Municipal de Aracaju/SE).

2.1.38.2 Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo à classificação presente nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução 307/2002 - CONAMA.

2.2 É expressamente vedado à CONTRATADA:

2.2.1 Veicular publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

2.2.2 Sub-rogar (subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente) a contratação.

2.2.3 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE-SE.

2.2.4 Contratar servidora/servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como sua(eu) cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

2.2.5 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho/Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

2.2.6 Interromper a execução da avença sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

2.3 É dever do CONTRATANTE

2.3.1 Emitir Nota de Empenho.

2.3.2 Proporcionar as condições indispensáveis à execução do objeto, prestando informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados por parte da CONTRATADA ou por quem a represente.

2.3.3 Fiscalizar a execução da contratação em todas as suas fases.

2.3.4 Receber e conferir os serviços verificando a sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, **rejeitando**, no todo ou em parte, se houver irregularidades.

2.3.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

2.3.6 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no

cumprimento da execução contratual, **preferencialmente** por meio eletrônico (e-mail).

2.4 É expressamente vedado ao CONTRATANTE praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

2.4.1 Exercer o poder de mando sobre a(o)s sua(eu)s empregada(o)s, devendo reportar-se somente à(s)/ao(s) Preposta(o)s ou responsáveis por ela(e) indicadas(os).

2.4.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 O **prazo de execução** do Contrato é de **150 (cento e cinquenta) dias**, contando-se data estabelecida na ordem de serviço.

3.2 O **prazo de vigência** do Contrato será de **240 (duzentos e quarenta) dias**, a contar da data de sua assinatura.

3.3 Os prazos de execução e de vigência referidos, respectivamente, nos itens **3.1** e **3.2** admitem prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO REAJUSTE

4.1 O valor total do presente Contrato importa em R\$ _____ (_____).

4.2 Não haverá reajuste uma vez que o prazo de execução dos serviços, a partir da data de apresentação da proposta, é inferior a um ano e que não se trata de serviço continuado.

4.2.1 Excepcionalmente, na hipótese de decorridos **12 (doze) meses** da data da apresentação da proposta, o valor remanescente ainda não executado poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil - INCC, Coluna 35, ocorrida no período respectivo, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar o reajuste pretendido.

4.2.1.1 Não se aplica o disposto no item 4.2.1 na hipótese de o atraso na execução da obra e a consequente prorrogação do prazo do contrato ocorrerem por causa atribuída à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1 A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis** contado da assinatura deste Instrumento, comprovante de prestação de garantia na modalidade XXX (forma definida pela CONTRATADA dentre as opções do Anexo I ao Edital da **Tomada de Preços nº 1/2021**, item **13**) no valor de R\$ XXX,XX (valor por extenso), com vigência entre ___/___/___ e ___/___/___ (240 - duzentos e quarenta - dias).

5.1.1 Caso haja prorrogação da execução dos serviços contratados ou o não recebimento definitivo do objeto contratual, a CONTRATADA se obriga a estender a garantia em igual período.

5.2 A garantia assegurará o pagamento de:

5.2.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

5.2.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiras pessoas, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Instrumento.

5.2.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA em sede de processo administrativo sancionatório.

5.3 A garantia de execução do objeto desta contratação será liberada em **até 10 (dez) dias úteis**, ante a comprovação do pagamento das obrigações e de que foram

descontadas eventuais multas aplicadas à CONTRATADA, finda a vigência da contratação e após o recebimento definitivo da obra.

5.4 A garantia oferecida deverá estar resguardada de eventuais perdas do poder aquisitivo da moeda, cabendo à CONTRATADA reforçá-la, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal, sempre que se faça necessário o restabelecimento das condições iniciais, inclusive quando sobre ela incidirem descontos relacionados a multas por infrações contratuais e/ou pagamento de qualquer obrigação.

5.4.1 A notificação deste Tribunal ocorrerá preferencialmente por comunicação eletrônica (e-mail).

5.5 O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias para a apresentação da garantia autoriza o TRE-SE, sem prejuízo do disposto no item **10.1.2.1**, a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de **5% (cinco por cento)** do valor contratado, a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do TRE-SE.

5.5.1 O bloqueio efetuado não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

5.5.2 A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

5.6 O número do Contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pela(o) garantidora/garantidor e/ou seguradora/segurador.

5.7 A(o) garantidora/garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

5.8 Para efeito de execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE à CONTRATADA e/ou à Instituição Garantidora no prazo da vigência contratual.

5.9 Será considerada extinta a garantia:

5.9.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas contratuais.

5.9.2 Com o recebimento definitivo da obra e o término da vigência do Contrato, que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 A Gestão da Contratação será realizada pela Coordenadoria de Obras e Serviços – COSER, mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas no Edital da **Tomada de Preços nº 1/2021** (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e neste Instrumento e a aceitação por meio de atestação exarada nas notas fiscais ou faturas, procedendo-se a observações, se necessário.

6.2 A **fiscalização** da Contratação será realizada por **Comissão de Fiscalização designada para tal finalidade**, cabendo-lhe dentre outras atribuições, acompanhar a compatibilidade dos serviços executados com as especificações exigidas, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6.3 Os esclarecimentos solicitados pela Gestão/Fiscalização da Contratação deverão ser prestados no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, podendo ser fixado prazo diverso de acordo com a complexidade do caso.

6.4 A Gestão/Fiscalização terá poderes para determinar o que for necessário à solução das irregularidades detectadas.

6.4.1 No caso de os trabalhos não estarem sendo conduzidos perfeitamente de acordo com este Instrumento, com as especificações e instruções fornecidas pelo TRE-SE ou pela Gestão/Fiscalização da Contratação e, de modo geral, com as regras da arte de construir

e reformar, poderá a(o) referida(o) Gestora/Gestor, além das sanções previstas neste Instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como o refazimento dos mesmos, que será realizado pela CONTRATADA.

6.4.1.1 Somente a Gestão/Fiscalização da Contratação tem autonomia para solicitar a paralisação dos serviços que estejam sendo realizados fora do que foi acordado e que estejam prejudicando o funcionamento do trabalho nos locais de realização dos serviços.

6.4.1.2 Qualquer solicitação feita que esteja fora do escopo da obra contratada não poderá ser realizada sem a análise da Fiscalização.

6.5 A COSER rejeitará, no todo ou em parte, os serviços contratados que não obedecerem ao disposto no Edital da **Tomada de Preços nº 1/2021** (incluídos os seus anexos), na proposta da CONTRATADA e neste Instrumento.

6.6 Quando as decisões ou as providências ultrapassarem a competência da Gestão/Fiscalização da Contratação, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

6.7 Será exigido o Livro de Ordem, que é de adoção obrigatória, conforme Resolução CONFEA 1.024/2009.

6.7.1 O referido Livro constituirá a memória escrita de todas as atividades relacionadas com os serviços e servirá de subsídio para comprovar a autoria dos serviços, garantir o cumprimento das instruções, dirimir dúvidas, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos, acidentes de trabalho, além de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.

6.7.2 O livro de Ordem tem ainda por objetivo confirmar, acompanhado da ART ou do RRT, a efetiva participação da(o) profissional na execução dos serviços, de modo a permitir a expedição de Certidão de Acervo Técnico.

6.7.3 Neste livro de ordem deverá conter o registro de todas as ocorrências relevantes aos serviços, conforme o artigo 4º da resolução 1.024 do CONFEA, a ser providenciado pela(o) responsável técnica(o) pelos serviços, pela(o)s autora(s) dos projetos e pelo CONTRATANTE dos serviços.

6.8 A Comissão de Fiscalização lavrará termo circunstanciado de recebimento provisório, assinado pelos seus membros e pela CONTRATADA, no prazo de **15 (quinze) dias** contados da data da comunicação por escrito da conclusão do objeto, pela CONTRATADA.

6.8.1 O recebimento provisório somente ocorrerá após a conclusão das instalações, que deverão estar testadas e devidamente prontas para uso.

6.8.2 A Comissão de Fiscalização da Contratação examinará o trabalho executado, verificando o fiel cumprimento das leis, cláusulas contratuais, Projeto Básico, especificações técnicas e demais anexos do Edital da **Tomada de Preços nº 1/2021**, e fará constar do termo de Recebimento Provisório todas as deficiências encontradas, que a CONTRATADA deverá sanar em prazo determinado pela referida Comissão, conforme dispõe o art. 69 da Lei 8.666/1993.

6.9 Comprovado pela Comissão de Fiscalização da Contratação o saneamento das eventuais deficiências anotadas e a adequação do objeto aos termos contratuais, **a COSER emitirá**, no prazo máximo de **90 (noventa) dias** contados da respectiva comprovação, Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo do objeto, que será assinado também pela CONTRATADA.

6.9.1 Se, no decorrer do prazo de emissão do Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo, forem constatadas irregularidades e/ou defeitos da execução dos serviços, o TRE-SE deverá comunicar por escrito, preferencialmente por meio eletrônico (e-mail), as ocorrências verificadas à CONTRATADA, que deverá efetuar as correções no tempo estabelecido pela Comissão de Fiscalização da Contratação, interrompendo-se o decurso dos **90 (noventa) dias** fixados no item **6.9**.

6.9.1.1 Não sendo executados os serviços de correção no prazo determinado pela Comissão de Fiscalização da Contratação, poderá o TRE-SE mandar executá-los por terceiras pessoas, podendo fazer uso da garantia, de parcela de pagamento ou de qualquer outro crédito a que a CONTRATADA faça jus.

6.10 O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços estará condicionado à apresentação por parte da CONTRATADA da Certidão Negativa de Débitos relativos às contribuições previdenciárias no seu CNPJ.

6.11 Os serviços somente serão considerados concluídos e em condições de serem recebidos, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.12 A CONTRATADA fica obrigada a realizar todos os testes de recebimento das instalações exigidos pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

6.13 O recebimento provisório ou definitivo e a Gestão/Fiscalização da Contratação, a ser exercida no interesse do TRE-SE, não excluem ou reduzirão a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada prestação dos serviços contratados e pelos danos ou prejuízos por ela causados, por culpa ou dolo, ao TRE-SE ou a terceiros pessoas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

7.1 A aceitação de cada etapa dos serviços somente será efetivada após parecer favorável da Comissão de Fiscalização da Contratação, ficando assegurado ao TRE-SE o direito de não efetivar o pagamento se ficar comprovada a imperfeição dos serviços ou sua execução em desacordo com as normas técnicas, Projeto Básico ou demais documentos determinantes dos serviços, devendo então ser justificadas, por escrito, as razões da não aceitação.

7.1.1 O pagamento da parcela não aceita será liberado após a correção pela CONTRATADA e aceitação pela Comissão de Fiscalização da Contratação.

7.2 Para avaliação do cumprimento de cada parcela deverá ser fornecida pela CONTRATADA, e devidamente aceita pela **Comissão de Fiscalização da Contratação**, planilha de avaliação de serviços, onde deverão estar explicitados os diversos itens e subitens executados e a executar, e na qual deverá constar o percentual de execução de cada serviço, que servirá de base para avaliação do cumprimento do cronograma.

7.3 Concluída a parcela, conforme indicação no cronograma físico-financeiro, a CONTRATADA solicitará autorização para faturar, indicando os itens do cronograma considerados cumpridos, e a Comissão de Fiscalização da Contratação vistoriará os serviços e verificará se na execução da parcela foram atendidas pela CONTRATADA todas as obrigações contratuais, de modo que, em caso de conformidade, inclusive em relação aos percentuais de execução avaliados, a CONTRATADA será autorizada a apresentar os documentos de cobrança (faturas), referentes ao preço da etapa executada.

7.3.1 Será possível, a critério do TRE-SE, o pagamento correspondente a serviços previstos em etapas posteriores, desde que plenamente realizados, que estejam em consonância com as medições efetuadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação e que estejam devidamente atestadas.

7.3.2 Será permitido o pagamento de serviços prestados e medidos correspondentes a determinada parcela, em valor inferior ao previsto no cronograma físico-financeiro.

7.3.2.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação manifestar-se-á na análise técnica quanto à necessidade de aditamento contratual, penalização e rescisão previstos neste Instrumento.

7.4 Quando da ocorrência das situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2**, deverá ser apresentado novo cronograma físico-financeiro, compatível com o valor contratado, que será submetido à análise técnica da Comissão de Fiscalização da Contratação e autorizado pela Presidência ou por quem esta delegar.

7.5 Quando as situações previstas nos itens **7.3.1** e **7.3.2** ocasionarem alteração no prazo de execução e/ou de vigência da contratação, deverão ser deliberadas através de aditamento contratual.

7.6 À CONTRATADA caberá sanar eventuais falhas apontadas pela Comissão de Fiscalização da Contratação, submetendo a etapa dos serviços impugnada a nova verificação, após o que a referida Comissão procederá da forma estabelecida no item **7.3**.

7.7 Atendidas as exigências do item **7.6**, o pagamento será efetuado através de qualquer modalidade de ordem bancária, em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura da CONTRATADA, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessárias à atestação, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.7.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no art. 5º, §3º, da Lei 8.666/1993,

o prazo para pagamento será de **até 5 (cinco) dias úteis** contados da data da atestação.

7.7.2 A atestação será efetuada pela Comissão de Fiscalização da Contratação em **até 2 (dois) dias úteis** contados da perfeita e efetiva execução do serviço contratado.

7.7.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da CONTRATADA, comprovadamente solicitadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.8 De acordo com os Decretos 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da CONTRATADA sediada fora do Município de Aracaju, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS, conforme modelo do Anexo IV do Decreto 5.551/2017, também do Município de Aracaju.

7.8.1 A CONTRATADA deverá previamente à emissão da nota fiscal efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br>.

7.8.2 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

7.9 Na hipótese de não ocorrer o pagamento nos prazos de que tratam os itens **7.7** ou **7.7.1**, conforme o caso, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, em que:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

$I = 0,0001644$.

7.9.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **7.9**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

7.10 Para cada pagamento a Gestão/Fiscalização da Contratação confirmará a regularidade da CONTRATADA relativa à Seguridade Social - INSS, através da Certidão Negativa de Débitos - CND, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

7.10.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na Internet: <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/Consultar/>; <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> e <https://www.tst.jus.br/certidao1>.

7.10.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto ao CRF e à CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

7.10.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na Nota de Empenho e no Contrato.

7.10.4 Eventual mudança do CNPJ da CONTRATADA (matriz/filial), encarregada da execução dos serviços, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

7.11 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da CONTRATADA, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

7.12 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à CONTRATADA suspenderá o pagamento até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE-SE encargos financeiros adicionais.

7.13 O TRE-SE efetuará a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RETENÇÕES NA FONTE

8.1 Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

8.1.1 Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 (e alterações) conforme determina o artigo 64 da Lei 9.430/1996 (e alterações).

8.1.2 Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, conforme determina a Lei nº 8.212/1991 (e alterações).

8.1.3 Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar 116/2003 (e alterações) c/c a legislação municipal em vigor.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação poderá ser alterada nos casos previstos no artigo 65 da Lei 8.666/1993, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

9.2 No caso de celebração de aditivos contratuais, observar-se-á as regras previstas no Decreto 7.983/2013, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

10.1 Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei 8.666/1993, nos casos de retardamento, de falha na execução contratual (descumprimento de obrigações pactuadas), inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser sancionada, **isoladamente ou não**, com as seguintes reprimendas:

10.1.1 Advertência, a ser aplicada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, por inexecução parcial da contratação que não trouxer prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação ou inobservância de obrigação que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

10.1.2 Multa moratória, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, equivalente a **1,0 % (um por cento) do valor de cada etapa da contratação**, por dia de atraso na **finalização da respectiva etapa**, até o limite de **15% (quinze por cento)**.

10.1.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de **0,2% (dois décimos por cento)** sobre o valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de **5% (cinco por cento)**, a qual será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.1.3 Multa, a ser aplicada pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

10.1.3.1 No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de **multa de até 30% (trinta por cento) do valor contratado**.

10.1.3.1.1 A inexecução total do objeto poderá ser declarada pelo CONTRATANTE se a

CONTRATADA não iniciar as atividades em até **15 (quinze) dias** do prazo estabelecido na ordem de serviço.

10.1.3.2 Na situação de recusa injustificada no cumprimento de determinação da Gestão/Fiscalização da Contratação, **a multa equivalerá a 0,2% (dois décimos por cento) do valor global da contratação, por ocorrência.**

10.1.3.3 Na hipótese de descumprimento imotivado de obrigação estabelecida neste Instrumento, após reincidência formalmente notificada pela Gestão/Fiscalização da Contratação, aplicar-se-á multa de **0,3% (três décimos por cento) do valor global da contratação, por evento contado da segunda ocorrência.**

10.1.4 Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, sancionamento a ser aplicado pela Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nos prazos e em face da prática ou omissão dos atos seguintes:

10.1.4.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento da execução de seu objeto ou de falhar na execução da contratação.

10.1.4.2 Por até 2 (dois) anos:

10.1.4.2.1 Na hipótese de retardamento da execução do objeto e/ou de falha na execução da contratação que resultar em prejuízo ao CONTRATANTE.

10.1.4.2.2 Quando comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

10.1.4.2.2.1 Para os fins do item **10.1.4.2.2**, reputar-se-ão inidôneos atos tais como as condutas descritas nos artigos 337-L e 337-M, parágrafo 2º, do Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal).

10.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante o TRE-SE, que a concederá mediante ressarcimento pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item **10.1.4.**

10.1.5.1 A sanção prevista no item **10.1.5** é de competência exclusiva da Presidência do TRE-SE, facultada a defesa da parte interessada no prazo de **10 (dias) dias** contados da notificação, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.5.2 Da decisão, cabe pedido de reconsideração no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da respectiva notificação.

10.2 O valor das multas previstas nos itens **10.1.2** e **10.1.3**, bem como o valor necessário à eventual reparação de danos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiras pessoas, poderão ser descontados em ordem de preferência, da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE.

10.2.1 Se o valor da garantia ou da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de **15 (quinze) dias** contados da comunicação oficial.

10.2.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa e/ou cobrado judicialmente.

10.3 À CONTRATADA que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

10.3.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE-SE.

10.3.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE-SE.

10.3.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

10.3.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

10.3.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens **10.3.1** e **10.3.2**, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da CONTRATADA e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

10.4 As comunicações de atos processuais serão realizadas, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico (e-mail) informado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A contratação poderá ser rescindida nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/1993.

11.2 No processo que visa à rescisão da contratação, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

11.3 As comunicações de atos processuais serão realizadas conforme disposto no item **10.4**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão CONTRATANTE, caso em que será comunicado à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas com este Contrato terão como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros consignados no Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.15WB.1853 / Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - PTRES: 191963, Grupo Natureza de Despesa (GND) - Investimentos, Nota de Empenho 202XNEXXXXXX.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

14.1 A CONTRATADA indica _____, CI _____, SSP/_____, CPF/MF _____, para representá-la na execução do objeto do presente Contrato, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição, caso em que a CONTRATADA deverá indicar outro representante, conforme previsto no item **2.1.19**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO

15.1 Integram o presente Instrumento, independentemente de sua transcrição, o Edital da Tomada de Preços nº **01/2021**, os seus Anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 As questões decorrentes da execução da contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos a Lei 8.666/1993, a [Lei Complementar 123/2006](#), o [Decreto 8.538/2015](#), a Lei 13.709/2018 (LGPD), a Lei 10.406/2002 (Código Civil), o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal), os

Decretos [92.100/1985](#) e [7.983/2013](#), a [Resolução CNJ 114/2010](#), a [Resolução TRE-SE 9/2020](#) (Plano de Obras TRE-SE) e a [Resolução TRE-SE 120/2015](#) (Código de Ética do TRE-SE).

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletronicamente pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO DESEMBARGADOR)

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

(assinado e datado eletronicamente)

(NOME DO REPRESENTANTE)

(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **WALKELINE FRAGA DIAS, Analista Judiciário**, em 02/12/2021, às 08:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1113822** e o código CRC **070CFABA**.

0021156-66.2021.6.25.8000

1113822v3